

Centro: Gestao

Curso: Relações Internacionais

Título: A FRAGILIDADE DOS ARGUMENTOS CONTRÁRIOS A ADESÃO DA TURQUIA A UNIÃO EUROPEIA.

Autores: Chagas, B. D.C. Zbrun, Z.R.P.

Email: zulemapuma@gmail.com

IES: UNESA

Palavra Chave: Turquia União Europeia Demografia Direitos Humanos

Resumo:

O presente trabalho versa sobre a candidatura turca à União Europeia. Ao longo do mesmo irei desenvolver os argumentos que são utilizados para contestar uma possível entrada da Turquia à UE e, posteriormente, aprofundarei a discussão e análise de cada tema abordado. O objetivo geral é demonstrar que os argumentos contrários à adesão da Turquia à União Europeia que serão analisados e debatidos nos capítulos a seguir não são suficientes para barrar a entrada da Turquia à UE, nem mesmo são motivos para maiores preocupações. Os objetivos específicos são defender alguns dos benefícios que a entrada do país em questão traria ao bloco europeu, ao invés dos pressupostos malefícios, defendendo, por conseguinte, a própria entrada da Turquia à União Europeia como um todo. A hipótese defendida é, portanto, que os argumentos contrários à entrada da Turquia ao bloco de integração europeu não são bem estruturados, não se sustentando após uma análise minuciosa do real status quo. Dessa forma, eles não representam verdadeiro entrave à adesão da mesma à União Europeia. O trabalho apresenta um enfoque na teoria construtivista das relações internacionais, endossando o valor e importância das instituições no cenário internacional. Nesse contexto, afirmo que a entrada da Turquia na União Europeia fortaleceria o bloco de integração europeu enquanto instituição, assim como alçaria a Turquia a um novo patamar de relevância e influência enquanto ator internacional. As informações necessárias ao desenvolvimento do tema proposto foram obtidas prioritariamente através de pesquisa bibliográfica de fontes secundárias, como livros, artigos e dissertações. Outras fontes como publicações periódicas especializadas, inclusive virtuais, revistas de política e análises conjunturais, também foram utilizadas. Houve também pesquisa de fontes primárias oficiais, de diferentes órgãos governamentais e intergovernamentais como o Ministério de Relações Exteriores da Turquia, os sites oficiais da União Europeia e de suas instituições, como a Comissão Europeia, além do site oficial da Delegação da União Europeia para a Turquia. A obtenção de tais informações foi de suma importância para a realização deste trabalho monográfico. Conclusões Foi colocado sob perspectiva o esperado poder político da Turquia dentro das principais instituições europeias, explicando o funcionamento das mesmas, e concluiu-se que, de modo geral, a Turquia não exerceria tanto poder dentro do bloco como comumente argumentado. A questão de Chipre, à qual se procurou analisar imparcialmente, e mostrar como essa disputa dificulta as negociações entre União Europeia e Turquia e impossibilita uma eventual adesão. Por fim, destaquei o argumento da capacidade de absorção, onde critiquei uma falta de consenso dentro do próprio bloco de integração europeu no que diz respeito à utilização desse termo, assim como a utilização desse argumento exclusivamente em relação à candidatura turca. Dessa forma, evidenciou-se que os argumentos analisados se demonstram ora especulativos, ora exagerados ou por vezes até mesmo juridicamente inválidos. Conseqüentemente, a entrada da Turquia na União Europeia deve depender apenas da harmonização de sua legislação com o *acquis communautaire* do bloco em questão, sem a adição de quaisquer novas condições ou obstáculos.☐